

NOTA DE APOIO E SOLIDARIEDADE DO CNDM À JANJA E AO PRESIDENTE LULA

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulheres – CNDM, órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, criado pela Lei nº 7.353, de 29 de agosto de 1985 e regulamentado pelo Decreto Nº 6.412, de 25 de março de 2008, cuja finalidade é formular e propor diretrizes de ação governamental voltadas à promoção dos direitos das mulheres e atuar no controle social de Políticas Públicas de igualdade de gênero, vem através desta nota de apoio e solidariedade, se manifestar contra toda forma de misoginia, discriminação, intolerância e violência proferida recentemente no Congresso Nacional.

A misoginia contribui para assegurar a desigualdade de gênero, mantendo assimétricas as relações de poder, entre homens e mulheres, com objetivo de que haja uma supremacia masculina sobre as decisões que afetam a vida e o comportamento de todas as pessoas na sociedade. Ela é fruto de uma cultura machista e sexista, pautada numa suposta desigualdade natural que desvaloriza, inferioriza e anula a mulher através do reforço aos papéis gênero tradicionais e estereotipados que estão a serviço da manutenção desses lugares sociais de submissão e subserviência a que as mulheres são forçadas sob os mais diversos formas de violências. Desqualificar uma mulher que se emposta, e buscar incidir no poder através de piadas, memes forçados, observações sobre sua roupa, linguajar ou aparência física são estratégias espúrias, utilizadas para tentar nos silenciar e nos retirar da cena pública, espaço onde o protagonismo e a disputa social, econômica e política acontecem.

As casas legislativas tem sido um espaço de violências contra as mulheres, parlamentares ou não. Alvos de comentários e situações machistas, as mulheres seguem sem ver solução para esse crime tão naturalizado e sem que seja tomada, de forma mais rápida e adequada, medidas que punam esses que deveriam ser defensores dos instrumentos de proteção, resguardo das leis e de direitos. Protegidos por uma imunidade parlamentar, por uma capa de representação de povo e assim disseminando ódio, misoginia, discriminação.

O que a sociedade brasileira assiste cotidianamente, no Congresso Nacional e em outros espaços legislativos, é uma distorção da divisão entre o público e o privado. Alguns parlamentares ainda acreditam que o seu o espaço laboral é o local correto para expressarem suas “opiniões” preconceituosas, sexistas e etaristas , acerca do Presidente da República e sua esposa Janja.

Estaremos sempre atentas e alertando a sociedade brasileira de que a ideia de igualdade implica em reconhecer a existência de diferentes grupos de homens e mulheres, que têm interesses, necessidades e prioridades específicas. Reconhecer essas diferenças, é promover a equidade de gênero.

O ano de 2023, tem sido muito especial para as mulheres brasileiras. Ainda que tenhamos sofrido ataques diretos à nossa própria autonomia e liberdade e assistido nas mídias sociais, manifestações políticas inexplicáveis, nós por outro lado, também nos manifestamos para dizer um basta contra tudo isso. Sabemos que não estamos sozinhas no combate ao machismo e é esta a força que construímos juntas!

Brasília, 28 de junho de 2023.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER